

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO
FORNECIMENTO DO *CARTÃO MAIS SOLIDÁRIO*, ÀS FAMÍLIAS DO
CONCELHO DE CASCAIS, TENDENTES À AQUISIÇÃO DE BENS DE
PRIMEIRA NECESSIDADE

PROGRAMA DE CONCURSO

Proc.º 342/DCP/2025

CAPÍTULO I.

Disposições Gerais

Artigo 1º.

Identificação do Procedimento

1. O presente procedimento, na modalidade de concurso público com publicidade internacional, tem por objeto a adjudicação de um contrato para aquisição de serviços no âmbito da ação social através do fornecimento do *Cartão Mais Solidário*, às famílias do Concelho de Cascais, tendentes à aquisição de bens de primeira necessidade, melhor identificados, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no Caderno de Encargos, respetivos anexos e demais elementos nele incluídos ou que o integram, e bem assim nos demais elementos patenteados.
2. Os serviços em causa insere(m)-se no **CPV 85300000-2** Serviços de ação social e serviços conexos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007.

Artigo 2º.

Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Cascais, sita na Praça 5 de Outubro, 9, 2754-501, Cascais, com o número de telefone 214.825.000, endereço de correio eletrónico: dcp@cm-cascais.pt e é utilizada a seguinte plataforma de contratação pública "**acingov**" em www.acingov.pt

Artigo 3º.

Decisão de Contratar

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar inerente ao presente procedimento foi tomada por deliberação na proposta n.º 633-2025, datada de 29 de abril de 2025, da Câmara Municipal de Cascais, enquanto órgão competente para autorizar a despesa.

Artigo 4º.

Fundamento da escolha do procedimento

A escolha de procedimento de concurso público, com publicidade internacional, foi tomada com o fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5º.

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as entidades singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 6º.

Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta gratuita na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, “**acingov**” em www.acingov.pt., onde podem ser consultadas e extraídas pelos interessados.

Artigo 7º.

Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no número 3 do artigo 378.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.
6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrarem patentes para

consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados deste facto.

7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.

CAPÍTULO II.

Apresentação das Propostas

Artigo 8º.

Propostas

1. Nas propostas, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato indicando o modo pelo qual se dispõem a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelos concorrentes têm de respeitar as características e condições previstas nas peças patenteadas no presente procedimento e na legislação em vigor.
3. Serão excluídas as propostas que não cumpram o disposto no número anterior.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, ou outras atividades, são suportados igualmente pelos concorrentes.

Artigo 9º.

Documentos que Constituem as Propostas

1. As propostas são constituídas, obrigatoriamente, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) Formulário da proposta, com a indicação da percentagem sobre o valor das compras a acumular em cartão, conforme modelo constante no Anexo II ao presente Programa do Procedimento;
 - c) Mapa com a identificação de no mínimo três lojas aderentes, em conformidade com o disposto no Artigo 30.ª do Caderno de Encargos:
 - a. Os concorrentes que apresentem proposta deverão ter, no mínimo, uma loja no litoral em qualquer freguesia do Concelho e duas no interior do concelho distribuída na Freguesia de Alcabideche e São Domingos de Rana;
 - d) Indicação do email para onde deverão ser dirigidas as solicitações da Entidade Adjudicante referentes à emissão do *Cartão Mais Solidário*;
 - e) Certidão permanente com respetivo código de acesso válido ou Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de a entidade concorrente ser pessoa coletiva;
 - f) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione

diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto;

2. Quando as propostas sejam apresentadas por agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Artigo 10º.

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11º.

Idioma dos Documentos da Proposta

1. Os documentos que integram as propostas são obrigatoriamente redigidos em Língua Portuguesa.

2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 12º.

Modo de apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante identificada no presente programa de procedimento.

2. As propostas e respetivos documentos deverão ser assinados através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do n.º 1 do artigo 54 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

4. Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser

encerrado em envelope opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;

5. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para apresentação de propostas.

6. A receção dos documentos apresentados nos termos do número 5 e 6 será registada, por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

Artigo 13º.

Prazo para Apresentação das Propostas

1. As propostas e os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 23h59 do 30.º dia da data de envio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 14º.

Obrigações de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 90 [noventa] dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

CAPÍTULO III.

Avaliação das Propostas

Artigo 15º.

Critério de Adjudicação

1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação a adotar será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, no caso concreto, a percentagem a aplicar sobre o valor das compras efetuadas pelos beneficiários, cujo resultado será acumulado em cartão.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Pontuação Global (PG) das propostas será obtida em função da percentagem a acumular em cartão, sobre o valor das compras efetuadas, a qual não poderá ser inferior a 10%.

3. A proposta economicamente mais vantajosa será aquela que obtiver a Pontuação Global (PG) mais elevada, a qual é obtida em função da maior percentagem apresentada pelo concorrente.

4. Se ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate técnico, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.
5. A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificadas, com o relatório Final aos concorrentes graduados em primeiro lugar.
6. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do Júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
Após a realização do sorteio, será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 16º.

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes ao abrigo do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 17º.

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 18º.

Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri

procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 19º.

Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, e até ao término do prazo de manutenção das propostas, todos os concorrentes são simultaneamente notificados, eletronicamente, desse mesmo ato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa de Concurso e no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar caução, se aplicável, nos termos do previsto no presente programa do procedimento.
 - c) Confirmar no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final e da análise das propostas.

Artigo 20º.

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, através da plataforma eletrónica utilizada, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal, com menção do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP;
 - d) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Em caso de agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

Artigo 21.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

CAPÍTULO IV.

Caução

Artigo 22.º

Caução

1. Para efeitos do presente procedimento, será exigida a prestação de caução nos termos do artigo 88.º e seguintes do CCP.
2. A caução referida no número anterior, no montante de 5% do preço total constante da proposta adjudicada, deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação de adjudicação, devendo ser prestada sob uma das seguintes formas: por depósito em dinheiro ou títulos admitidos, ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante ou mediante garantia bancária ou seguro de caução em conformidade com os Anexos IV, V ou VI.

3. Pode não ser exigida a prestação de caução, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88º do CCP, quando o adjudicatário apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

CAPÍTULO V.

Celebração do Contrato

Artigo 23º.

Minuta do contrato

1. A minuta do contrato será enviada ao adjudicatário através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos do presente programa de concurso, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando à relação à mesma não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24º.

Reclamações contra a Minuta

1. São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 102.º do CCP.
2. Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o órgão competente para a decisão de contratar, devendo este comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 25º.

Celebração do Contrato

1. O contrato será celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinatura eletrónica.
3. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante comunica ao concorrente selecionado o prazo para outorga e remessa do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP.

Artigo 26º.

Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não proceder à outorga e remessa do contrato outorgado, bem como no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP e do n.º 3 do artigo 5.º do presente programa de procedimento.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. No caso previsto no n.º 1 poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação nos termos designados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI.

Disposições Finais

Artigo 27º.

Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente os seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Na Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- c) No Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação especialmente aplicável.

Artigo 28º.

Despesas e Encargos

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.